



Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 85/2002 - ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi outorgada à Companhia a

concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 500 kV, 4º Circuito simples, incluindo a travessia do Rio Tocantins, com 218 km de extensão, com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação de Marabá (ampliação), ambas no Estado do Pará e de 500 kV, 2º Circuito, com 246 km de extensão, com origem na subestação de Marabá, e término na subestação de Aqilândia (ampliação), no Estado do Maranhão. **Sistema de transmissão:** O sistema da ENTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia autora a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:
 Disponibilidade (%) 100,00% 99,98%
 A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2014, a ENTE realizou os projetos: 1. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 2. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 3. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 4. Gestão 2013, 5. Gestão 2014, 6. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aprimorada, 7. Sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento de Cabeça de Série. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a ENTE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os

quais destacamos: Associação Vaga Lume, Instituto Tomie Othake e Confederação Brasileira de Rugby, Fundação Faculdade de Medicina, além de doações para 5 instituições nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com diversas APAE's e Instituto Verdescola. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2014 os resultados da Companhia foram:

Balço Patrimonial

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
	31/12/14	31/12/13
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5 19.160	2.868
Contas a receber ativo financeiro	7 219.181	198.786
Impostos a recuperar	8 179	206
Outras contas a receber	4.503	3.982
	243.023	205.842
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários	6 3.365	3.048
Contas a receber ativo financeiro	7 388.500	389.700
Estoques	7.210	7.197
Outros ativos	999	4.944
Investimentos	9 98.409	-
Imobilizado	146	88
Intangíveis	95	276
	499.588	405.653
Total do ativo	742.611	611.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
	31/12/14	31/12/13
Passivo		
Circulante		
Debitores	10 53.428	41.718
Fornecedores	1.327	1.860
Tributos e contribuições sociais a recolher	12 13.931	13.902
Dividendos a pagar	791	13.247
Provisão para compensação ambiental	563	543
Encargos regulatórios	11 7.168	6.044
Outras contas a pagar	3.396	4.912
	80.604	82.226
Não circulante		
Debitores	10 258.029	51.766
Adiantamento de clientes	10 10.458	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 82.344	64.449
Outros passivos	2.243	2.032
	353.164	118.247
Patrimônio líquido		
Capital social	217.111	196.645
Reservas de lucro	61.906	203.270
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	29.826	11.107
Total do patrimônio líquido	15 308.843	411.022
Total do passivo e patrimônio líquido	742.611	611.495

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
	31/12/14	31/12/13
Saldo em 31 de dezembro de 2012	177.042	27.489
Aumento de capital	18.365	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-
Destinação proposta à AGO:		
Reserva legal	-	6.067
Reserva para reinvestimento	1.238	-
Dividendos intercalares	-	-
Incentivo fiscal	-	20.284
Juros sobre capital próprio declarados	-	-
Reserva de lucro do exercício	-	16.969
Saldo em 31 de dezembro de 2013	196.645	33.556
Aumento de capital	20.466	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-
Destinação proposta à AGO:		
Reserva legal	-	5.805
Dividendos Intercalares	-	-
Incentivo fiscal	-	22.545
Reserva de lucro do exercício	-	29.826
Saldo em 31 de dezembro de 2014	15 217.111	39.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
	31/12/14	31/12/13
Reservas de Lucros		
Capital social	217.111	196.645
Reservas de lucro	61.906	203.270
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	29.826	11.107
Total do patrimônio líquido	15 308.843	411.022
Total do passivo e patrimônio líquido	742.611	611.495

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ENTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olímpicas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação o RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão
 085/2002 30 2032 191.641 IGP-M
 (*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.756/2014. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do valor a ser indenizado devido às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, o análise do risco de crédito e a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. A liquidação das transações envolvidas essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional é determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto Contas a receber - ativo financeiro como "recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias mensais independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo não circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de cancelar o instrumento, ou se a liquidação dos ativos e passivos financeiros resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e pressupostos anualmente. **3.9. Tributação:** 3.9.1. **Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; 3.9.2. **Imposto de renda e contribuição social:** • Correntes: O Imposto de renda e a Contribuição Social são calculados pelo regime de lucro real. A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2015, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. • Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.10. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários do circulante e não circulante, quando o efeito é

considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.11. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A ENTE reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.11.1 **Receita de implantação de infraestrutura:** A ENTE é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.11.2 **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.11.3 **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.11.4 **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.12. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Estas normas adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	127	69
Aplicações financeiras	19.033	2.799
	19.160	2.868

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 90,00% do CDI em 31 de Dezembro de 2014, (98,50% do CDI em 31 de dezembro de 2013), possuem liquidez imediata com vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 a Companhia manteve saldo de aplicação em fundo de investimento no valor de R\$ 3.365, (R\$ 3.048 em 2013), destinado ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira, os quais deverão ser previamente aprovados pela SUDAM.

7. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. **Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de Dezembro de 2014:**

	31/12/14	31/12/13
Saldo em 31 de dezembro de 2013	588.486	15.973
Receita de operação e manutenção	178.138	178.138
Receita de remuneração dos ativos da concessão	176.158	176.158
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(176.158)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	607.681	607.681
Contas a receber ativo financeiro - circulante	219.181	-
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	388.500	-
Total circulante e não circulante	607.681	607.681

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/14	31/12/13
Imposto de renda retido na fonte	7	35
Contribuição social sobre o lucro líquido	45	45
PIS e COFINS	100	100
Outros	27	26
	179	206

9. INVESTIMENTOS

a) **Movimentação dos investimentos durante os exercícios/períodos apresentados:**

	31/12/14	31/12/13
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-
Aquisição de investimento	41.660	55.000
Resultado de equivalência patrimonial	2.309	2.611
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.114)	(2.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	42.855	55.554

A Companhia reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas através do método de equivalência patrimonial.

b) **Participação no resultado e patrimônio líquido:**

	31/12/14	31/12/13
COLIGADAS		
STC	-	-
ERTE	-	-

Dados das companhias:

	245.059	157.681
Total do ativo	245.059	157.681
Total do passivo	12.784	11.549
Patrimônio líquido	232.275	146.132
Receita líquida	35.259	37.797
Lucro líquido	29.691	31.024
Quantidade de ações	211.003.246	84.133.970

Participação da ENTE:

	38.930.597	31.984.573
Quantidade de ações no capital social	38.930.597	31.984.573
no resultado	2.309	2.611
no patrimônio líquido	42.855	55.554

Dados operacionais:
 Disponibilidade (%) 100,00% 99,98%
 A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2014, a ENTE realizou os projetos: 1. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 2. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 3. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 4. Gestao 2013, 5. Gestao 2014, 6. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aprimorada, 7. Sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento de Cabeça de Série. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a ENTE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
	31/12/14	31/12/13
Receita operacional líquida	16 182.234	183.776
Custo operacional		
Pessoal	(3.020)	(3.013)
Material e serviços de terceiros	(8.070)	(8.158)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(736)	(692)
Custo de implantação de infraestrutura	(242)	(7.856)
Outras	(2.85)	(327)
	(12.353)	(20.046)
Lucro bruto	169.881	163.730
Despesas (receitas) operacionais		
Administrativas e gerais	(2.973)	(2.159)
Pessoal e administradores	(2.537)	(2.415)
Depreciação e amortização	(75)	(18)
	(5.585)	(4.592)
Resultado de equivalência patrimonial	4.920	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	169.216	159.138
Despesas financeiras	17 (21.486)	(12.551)
Receitas financeiras	17 2.375	999
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	150.105	147.586
Imposto de renda e contribuição social	(16.030)	(15.286)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (17.985)	(10.966)
	18 (34.015)	(26.252)
Lucro líquido do exercício	116.090	121.334
Lucro por ação básico e diluído - R\$	1,15	

A Diretoria

Contador:

Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP - **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente

se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2014, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.



São Paulo, 03 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6**José Luiz Ribeiro de Carvalho**
Contador CRC 1SP141128/O-2